

# O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) SOB A ÓTICA DE UM PROFESSOR SURDO E DE UMA PROFESSORA OUVINTE: O LUGAR DA LIBRAS NO CURRÍCULO<sup>1</sup>

Marcio Hollosi<sup>2</sup>; <https://orcid.org/0000-0002-6807-2698>

Claudia Regina Vieira<sup>3</sup>; <https://orcid.org/0000-0002-5897-9122>

## Resumo

A Libras é reconhecida como língua da Comunidade Surda brasileira desde abril do ano de 2002, esse reconhecimento se deu graças a uma intensa mobilização da Comunidade Surda. Embora algumas pessoas afirmem que ela é a segunda língua oficial do Brasil, na verdade é uma língua reconhecida como “língua das comunidades surdas brasileiras (Brasil, 2002)” e esse reconhecimento se deu a partir da Lei 10436/02. Após o reconhecimento da língua o Decreto 5626/05 trouxe a obrigatoriedade do seu ensino para os cursos de licenciaturas. Podemos dizer que esse primeiro contato dos licenciandos com a realidade da trajetória dos surdos por educação e da complexidade da Libras é extremamente importante para que os processos de desenvolvimento da Comunidade sejam garantidos e principalmente para que a Língua de Sinais não seja banalizada, simplificada ou fique subordinada à Língua Portuguesa. Neste trabalho, trazemos um pouco da experiência como professores da disciplina em universidades federais, um surdo e uma ouvinte. Além disso, trazemos alguns dados produzidos em um projeto de formação com professores surdos de uma instituição escolar bilíngue para surdos. A partir dos discursos trazidos por esses atores, analisamos os dados com base nos princípios da PCCol - Pesquisa Crítica de Colaboração, Magalhães (2006), que destaca como uma perspectiva teórico-metodológica que favorece a co(construção) dos participantes da pesquisa, assim como a uma construção coletiva de escola e Universidade. Trata-se de um quadro que revela nosso compromisso como professor/a-pesquisador/a, que perseguem a ideia de que ensinar e aprender compõem um caminho de mão dupla.

**Palavras-chave:** Libras; Currículo; Ensino; Formação de Professores.

## *Teaching Brazilian Sign Language (Libras) as per the perspective of a Deaf teacher and a Hearing teacher: the place of Libras in the Curriculum*

## Abstract

Brazilian Sign Language – Libras – has been recognize as the language of the Brazilian Deaf Community since April 2002, and this recognition occurred as the result of intense activism from the Deaf Community. Although some people may state that Libras is the second official language in Brazil, it is, in actual fact, recognized as the language of Brazilian deaf communities, and this recognition took place as of the publication of Act 10436/02. Following this recognition, the Decree number 5626/05 made it compulsory for Libras to be taught in teaching undergraduate programs. We can say that this first contact for undergraduate students taking their teaching degrees with the paths tread by the deaf in pursue of education, as well as a first understanding of the complexity of Libras is extremely important for the developmental processes of the Community to the guaranteed. It is even more important as a means to prevent the Sign Language from being taken for granted, simplified or considered as a inferior to the Portuguese Language. In this paper, we - a deaf and a hearing professors - discuss some elements of the experience of teaching the language in Federal Universities. We also discuss some data that were produced in a bilingual school, working in teacher education with deaf teachers. By looking at the discourses that the participants present, we analyze the data as per the canons of the Critical Collaborative Research (PCCol), Magalhães, 2006, that was the theoretical-methodological bases for the investigation/

1 Link de acesso ao vídeo do texto em libras: <https://youtu.be/UbWcOCEn8dk>

2 Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – São Paulo – SP – Brasil; [hollosi@unifesp.br](mailto:hollosi@unifesp.br)

3 Universidade Federal do ABC – UFABC – Santo André – SP – Brasil; [vieira@ufabc.edu.br](mailto:vieira@ufabc.edu.br)

teacher education project, and that is a perspective that favors co-construction within the context and school-university collective construction as well. This framework is what allows us to focus on and reveal our commitment as teachers-researchers within the belief that teaching and learning compose the same two-way path.

**Keywords:** Brazilian Sign Language; Curriculum; Teaching-Learning; Teacher Education.

## *La enseñanza de la lengua brasileña de Signos (Libras) desde la perspectiva de un maestro sordo y un maestro oyente: el lugar de Libras en el currículo*

### Resumen

Libras es reconocida como la lengua de la Comunidad Sorda Brasileña desde abril de 2002, este reconocimiento se debió a una intensa movilización de la Comunidad Sorda. Aunque algunas personas afirman que es el segundo idioma oficial de Brasil, en realidad es un idioma reconocido como “el idioma de las comunidades sordas brasileñas (Brasil, 2002)” y este reconocimiento provino de la Ley 10436/02. Luego del reconocimiento de la lengua, el Decreto 5626/05 hizo obligatoria su enseñanza para los cursos de formación docente. Podemos decir que este primer contacto de los estudiantes de estos cursos con la realidad de la trayectoria de los sordos a través de la educación y la complejidad de Libras es sumamente importante para que se garanticen los procesos de desarrollo comunitario y sobre todo para que la Lengua de Señas no sea banalizada, simplificada o subordinada a la lengua portuguesa. En este trabajo aportamos un poco de la experiencia como profesores de la disciplina en universidades federales, una persona sorda y una oyente. Además, traemos algunos datos producidos en un proyecto de formación con profesores sordos de una institución escolar bilingüe para sordos. A partir de los discursos traídos por estos actores, analizamos los datos con base en los principios de PCCol - Critical Collaboration Research, Magalhães (2006), que destaca como una perspectiva teórico-metodológica que favorece la co(construcción) de los participantes de la investigación, así como como una construcción colectiva de escuela y universidad. Es un marco que revela nuestro compromiso como docente/investigador, que perseguimos la idea de que la enseñanza y el aprendizaje forman un camino de dos vías.

**Palabras clave:** Libras; Currículo; Enseñanza; Formación docente.

### Introdução<sup>4</sup>

A Língua Brasileira de Sinais - Libras é reconhecida como língua da Comunidade Surda brasileira desde abril do ano de 2002, e esse reconhecimento se deu graças a uma intensa mobilização da Comunidade Surda acolhida pela senadora Benedita da Silva que, no ano de 1996, apresentou o projeto de Lei no plenário do Senado Federal, de acordo com os estudos de Brito (2013).

Embora algumas pessoas afirmem que a Libras é a segunda língua oficial do Brasil, ela é na verdade uma língua reconhecida como “língua das comunidades surdas brasileiras” e esse reconhecimento se deu a partir da lei que resultou do referido Projeto da senadora, a Lei 10436/02, que em seu artigo 1º afirma: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.”

Essa Lei traz em seu bojo que os surdos são seres legalmente bilíngues, isto é, ao mesmo tempo que reconhece a Libras como língua natural da comunidade Surda, também afirma que, vivendo no Brasil, precisam ter acesso à língua majoritária, nesse caso, a língua portuguesa, embora estabeleça que esta poderá ser aprendida apenas na modalidade escrita, visto que a modalidade oral é inacessível para as pessoas surdas. Isso pode ser confirmado no parágrafo único do Art.4º, que informa que “[...] A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.”

Essa medida dá liberdade para que os surdos sinalizadores possam exercer o direito de utilizar a língua (Libras) em todos os espaços e tentar superar os anos de oralismo, que estão descritos nos trabalhos de Skliar (1996); Sá (1999); Moura (2000), Vieira (2014) entre outros pesquisadores da área.

Para que a Lei 10436/02 pudesse ser viabilizada, em 2005 é promulgado o Decreto 5626, que a regulamenta e esclarece providências necessárias para que a Libras ganhe espaço, status e reconhecimento, em

<sup>4</sup> O texto apresentado aqui em português é um resumo expandido do que segue em Libras. Favor ver link ao final da versão escrita.

todos os setores da sociedade, incluindo principalmente os relacionados ao acesso à educação e à garantia dos direitos.

No ano de 2020, o Decreto 5626/05 completou 15 anos e podemos afirmar que muitos avanços foram conquistados a partir da sua promulgação, como por exemplo, o fato de a Libras ter se tornado disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores. Este é um dos pontos que queremos abordar neste texto. O Decreto informa que:

Art. 3o A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1o Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2o A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (Brasil, 2005).

Podemos dizer que esse primeiro contato dos licenciandos com a realidade da trajetória dos surdos em sua luta por educação, assim como da complexidade da Libras é extremamente importante para que os processos de desenvolvimento da Comunidade sejam garantidos e principalmente para que a Língua de Sinais não seja banalizada, simplificada e/ou subordinada a Língua Portuguesa.

O Decreto ainda traz outras questões importantes como a garantia do ensino de surdos priorizando a L1 da Comunidade, a criação de espaços como salas de aulas bilíngues e a garantia de professores com fluência na Libras na educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (Fund. I), assim como a presença de Tradutores Intérpretes de Libras/LP nos anos finais do Ensino Fundamental (Fund. II) e no Ensino Médio.

Podemos então dizer que, a partir desse documento, temos a Língua de Sinais - Libras - como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2), na modalidade escrita garantidos, no entanto é importante realizar algumas ponderações

de como tudo isso acaba sendo viabilizado no espaço escolar. Por isso, neste artigo, pretendemos trazer um pouco da experiência de professores da disciplina em universidades federais, um professor surdo e uma professora ouvinte. Além disso, analisaremos alguns dados produzidos em conversa com professores surdos de uma instituição escolar bilíngue, responsáveis pela mesma disciplina.

A partir dos discursos trazidos por esses atores, realizaremos uma análise baseada nos princípios da PCCol (Pesquisa Crítica de Colaboração), como diz Magalhães (2006), uma perspectiva metodológica que favorece a co-construção dos participantes da pesquisa, além de favorecer uma construção coletiva da escola e da universidade, em processos formativos que buscam, nos discursos, as contradições e as negociações que nos permitem repensar ou conhecimentos, reelaborar conceitos. Essa visão revela, portanto, o compromisso dos autores como professor/a-pesquisador/a que consideram o trabalho na escola essencial para a produção de novos saberes e a reflexão sobre saberes já enraizados.

A PCCol tem como bases teóricas as discussões de Vygotsky (1924-1934/1997), especialmente os seus conceitos de zona de desenvolvimento proximal (intervenção, contradição e mediação). Como afirma Hollosi (2019, p. 93):

A formação crítico-colaborativa de educadores, embasada na PCCol propõe uma definição que se aproxima da perspectiva sócio-histórica-cultural que assume (a linguagem de argumentação), que volta para os processos de construção e não nos resultados sendo os participantes coprodutores num processo de formação que é crítico- reflexivo.

## O ensino de Libras no Ensino Superior: a experiência do Professor surdo

A experiência com o ensino de Libras, minha<sup>5</sup> L1, como L2 para ouvintes, teve início em 2014, na universidade federal onde trabalho, no curso de Licenciatura em Letras. Atualmente, a disciplina de Libras está na grade curricular com carga horária de 60 horas, na modalidade presencial, ocupando parte da carga horária do 5º termo desse curso. É oferecida

5 Nesse trecho, usamos a 1ª pessoa do singular por ser a fala do professor surdo, co-autor deste trabalho.

no 1º. semestre de cada ano. Além disso, é também oferecida cursos de Licenciatura em História, Ciências Sociais e Filosofia, no 2º. semestre de cada ano, ocupando o 8º. termo das referidas grades curriculares.

A organização da disciplina explora questões mais amplas da Cultura e da Identidade Surdas e da comunicação básica em Língua de Sinais. O curso sofre com a pequena quantidade de horas oferecida, dificultando o aprendizado real da língua, que se coloca contrário à demanda de formação de professores capacitados para a inclusão escolar de estudantes, público-alvo da educação especial inclusiva, nesse caso específico estudantes surdos.

Durante as aulas, são abordados aspectos da legislação, bem como seus fundamentos e, de forma bastante sintética, as práticas com os diferentes públicos. A disciplina desperta o interesse dos estudantes para a temática, trazendo-lhes informações novas e apresenta questões e realidades para as quais eles ainda não haviam olhado. Muitos não imaginavam a presença de estudantes com deficiência ou surdos em suas salas de aula. Os conteúdos teóricos são explorados a partir do Moodle (ferramenta existente para trabalho via EaD) e de aulas presenciais, sendo trabalhados paralelamente às experiências e situações cotidianas.

A disciplina procura não apenas mostrar caminhos trilhados até o momento na educação de surdos, mas tem também o papel de ser propositiva em termos de reunir princípios que refletem um jeito surdo de construir conhecimento. Mais do que apresentar técnicas e fórmulas prontas de como ensinar e o que interfere na aprendizagem, é importante que a produção de surdos tenha cada vez mais espaço para criar textos. Se uma ideia puxa outra ideia, um texto de um surdo puxa textos de muitos outros surdos. Por isso, o foco principal das aulas são as práticas da língua.

No entanto, além do baixo número de horas, há também o problema do grande número de alunos matriculados na disciplina a cada semestre. Há, em média, de 40 a 60 alunos por turma, dificultando o aprendizado e a qualidade das aulas, já que, se considerarmos que, para comunicar-se em Libras, os interlocutores precisam se ver, visualizando inclusive o espaço que vai da cabeça ao meio do tronco um do outro (pelo menos), o ideal seria que as classes tivessem em torno de 20 alunos no máximo. Além das aulas presenciais, há a articulação dessa disciplina com o grupo de estudos e pesquisas, denominado Identidade e Cultura Surdas (GEICS), vinculado ao CNPq e um

projeto de extensão “Bate papo em Libras”, que, durante os anos de 2020 – 2021, reuniu-se semanalmente, na modalidade remota, recebendo pessoas de várias cidades e cursos do país.

Como metodologia para ministrar as aulas faz toda a diferença para que todos possam se entender, o docente utiliza bastante o projetor multimídia, pois os alunos precisam do visual para entender a língua de sinais. Também intensifica o uso da estratégia de perguntas e respostas, na qual o grupo interage e pode compartilhar informações. Além disso, fazemos atividades práticas em sala de aula para que cada um possa, em casa, continuar aprendendo. Se alguém tiver dúvida, usamos também técnicas de soletração.

É importante analisarmos como a produção textual em língua de sinais é uma relação que envolve uma dinâmica de inter-relação entre corpo, espaço e movimento. Portanto, diferente de uma dinâmica presente nas línguas orais, as línguas de sinais convivem com o cênico como um elemento de atribuição de sentidos. Por isso, o ambiente ou espaço físico não é um mero componente ou detalhe, é um elemento decisivo para a produção de sentidos.

## A experiência da professora ouvinte

A minha experiência de ensino de Libras, diferentemente daquela do colega surdo, é ensino da minha L2 para ouvintes também como L2. E o que me coloca nesse lugar é o processo de formação, tanto da Língua de Sinais, quanto do Língua Portuguesa, porque é preciso um aprofundamento em ambas as línguas para poder realizar essa atividade.

Na universidade em que atuo, também uma instituição federal, os docentes todos precisam ser portadores do título de doutorado e por isso, o nosso concurso ficou aberto por anos, até que pudéssemos preencher essa vaga.

Assim como descreve o meu colega surdo, a disciplina na universidade acaba tendo um caráter mais de informação sobre o público, a história e suas lutas e conquistas do que uma aprendizagem da língua em si, uma vez que a carga horária dispensada é muito curta. No meu ingresso, eram 24 horas (dois créditos) e agora temos 48 horas (4 créditos) e mais duas disciplinas de 48 horas com ênfase em teoria e outra em prática.

Os estudantes mantêm um grande interesse e, logo no início, imaginam que vão aprender a língua porque, para a maioria deles, Libras significa sinalizar

o Português. Assim que tomam conhecimento da complexidade dessa língua, eles nos auxiliam na luta pela divulgação e seriedade com a língua e passam a entender o surdo como sujeito com diferenças linguísticas.

Assim como acontece na universidade do colega surdo, os estudantes são convidados a participar do grupo de pesquisa vinculado ao CNPq intitulado SueLi (Surdos e Libras) com atividades de formação e eventos ao longo do ano. Uma das práticas bem marcantes do nosso grupo é a realização do Ciclo de Palestras UFABC Debate Surdos e Libras.

## Resultados

A partir dessas realidades, fizemos um comparativo com a coleta de materiais de surdos professores de uma escola bilingue sobre a Libras, bem como de um questionário com nossos alunos da graduação sobre as expectativas de aprendizagem da língua.

Com as professoras que ministram a disciplina para jovens surdos do Ensino fundamental II e Médio, pudemos levantar um certo equívoco no que diz respeito ao ensino da língua. Uma delas nos disse:

No planejamento, a gente precisa ver com os professores das outras disciplinas o que eles vão trabalhar, porque aí a gente consegue dar os sinais que os alunos precisam. A gente trabalha utilizando os termos de acordo com o ano série e com as disciplinas que eles frequentam” (Professora Paula<sup>6</sup> responsável pelo ensino de Libras para os estudantes de Ensino Médio – 2020).

Essa fala de Paula, surda, tem muitas coisas controversas porque, ao mesmo tempo em que afirma possuir uma identidade surda e ser usuária fluente da língua, desconhece que a língua deve ser ensinada em sua totalidade e no contexto; a língua não é meramente um instrumental para aprendizagem de outras disciplinas. Muito provavelmente por conta de suas experiências de aprendizado da Língua Portuguesa, utiliza as mesmas estratégias que foram empregadas com ela no momento da escolarização.

Já a outra professora surda, Débora<sup>7</sup>, embora apresente concepções parecidas, na atividade realizada, se mostrou mais aberta ao entendimento de que língua precisaria ser trabalhada na totalidade. Além

disso, embora tenha, a princípio, dito exatamente o mesmo que Paula, na apresentação do plano de curso já demonstrou uma reflexão sobre a formação:

Quando eu fui pensar como era pra ensinar a Libras, eu pensei que a gente tinha que mostrar para os alunos como se portar, que tinha uma Libras que era mais formal e outra informal. Eles precisavam entender que, na hora de apresentar um trabalho, precisavam olhar qual tipo de linguagem estavam usando. Eu nunca tinha feito isso; só depois da nossa conversa percebi que tinha que ensinar isso e eu nunca tinha aprendido. (Débora responsável pelo ensino de Libras para os estudantes de Ensino Fundamental II – 2020).

Pensamento muito próximo ao das professoras percebemos nos estudantes da graduação que imaginaram, num primeiro momento, que iriam aprender todos os sinais e dessa forma substituir as palavras da Língua Portuguesa. Acreditam, portanto, que estariam aptos a ter fluência na comunicação com os surdos com algumas poucas horas de contato com a língua.

## Considerações finais

O trabalho elaborado mais amplamente em Libras e incluído a seguir demonstra que, embora tenhamos o consenso de que é necessário o ensino de Libras para os graduandos, principalmente os licenciandos e embora isso já está previsto na legislação, ainda não se sabe com qual carga horária ou quais conteúdos devem ser trabalhados, ficando, dessa forma, ao cargo do professor e ou da instituição de ensino tomar a decisão final sobre esses assuntos - o que, por um lado, pode ser visto como liberdade de criação para a instituição, mas por outro, pode dificultar o entendimento das necessidades específicas da comunidade.

Ainda encontramos a visão do “ser nato” como “ser o professor”, ou seja, a visão do falante nativo como naturalmente habilitado a ensinar a língua. Dessa forma, muitos ainda não têm uma habilitação para exercer o cargo de professor, mas por causa da surdez assumem cargos de ensino, sem perceberem que não possuem os conhecimentos básicos para o ensino da língua, pois o usuário da língua não é naturalmente um professor.

Por fim, vale destacar que, no Brasil, ainda não há uma proposta curricular oficial para o ensino

6 Nome fictício.

7 Nome fictício.

de Libras. Desse modo, as experiências devem ser socializadas para que seja possível elaborar propostas e programas mais adequados ao ensino dessa língua.

É importante destacar também que a Libras está ganhando espaço nas duas universidades em questão e, hoje, temos em ambas, estudantes surdos na graduação e pós-graduação o que nos coloca outra problemática que é a acessibilidade, que podemos debater em outro momento.

## Referências

- Brasil. (2005). Decreto 5626, de 22 de setembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Brasília, 2005. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm).
- Brasil. (2002). Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Diário Oficial da União. Brasília, 2002. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)
- Brito, F. B. (2013). O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 10.11606/T.48.2013.tde-03122013-133156
- Hollosi, M. (2019). Professor Surdo: Desafios na construção de uma prática bilíngue. Tese (Doutorado em ciências: Educação e Saúde na Infância e adolescência) – Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Guarulhos. 188p.
- Magalhães, M. C. C. (2006a). A etnografia colaborativa: pesquisa e formação profissional. In: Fidalgo, S. S., & Shimoura, A. S. (Orgs.). Pesquisa crítica de colaboração: um percurso na formação docente. São Paulo: Ductor. p. 56-63
- Moura, M. C. (2000). O Surdo, Caminhos para uma Nova Identidade. Rio de Janeiro: Editora Revinter.
- Sá, N. L. R. (1999). Educação de surdos: a caminho do bilinguismo. Niterói: EdUFF.
- Skliar, C. (org). (1996). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação.
- Vieira, C. R. (2014). Bilinguismo e inclusão – Problematizando a questão – Curitiba: Appris.

Vygostky, L. S. (2012b). Obras Escogidas V Fundamentos de defectología. Editorial Pedagógica Moscú, 983. De la traducción: Julio Guillermo Blank, 1997. De la presente edición: Machado Grupo de Distribución, S. L.

Recebido em: 07 Mar. 2022

Aprovado em: 14 Fev. 2023